# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XII – Nº 2.407 – Brasília, terça-feira, 4 de julho de 2006


# Senado e Câmara acertam pauta hoje

Agenda mínima de propostas que devem ser votadas antes do recesso parlamentar terá definição no encontro de Renan e Aldo com os líderes partidários das duas Casas do Congresso Nacional

Um esforço concentrado que destranque as pautas do Senado e da Câmara dos Deputados, bloqueadas por medidas provisórias, deve ser definido em reunião dos presidentes das duas Casas, Renan Calheiros e Aldo Rebelo, com os líderes partidários. Previsto para as 11h de hoje, o encontro tem o objetivo de assegurar também a votação do projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO). Depois da liberação da pauta, os senadores poderão analisar as propostas que criam a Super-Receita e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Também estão na pauta autorizações de empréstimos a estados e mensagens que indicam diversas autoridades. **Páginas 4 e 5**

Geraldo Magela

Entre Sarney (*E*) e Tião Viana (*segundo à direita*), Renan quer desobstruir a pauta para votar propostas como a que cria o Fundeb

Mareira Mariz

Antonio Carlos Biscaia: CPI deverá manter sigilo de inquéritos contra 15 parlamentares

## CPI dos Sanguessugas ouve hoje procurador e delegado

O procurador da República Mário Avelar e o delegado da Polícia Federal Tardelli Boaventura são os primeiros depoentes da CPI. Eles serão ouvidos hoje, a partir das 10h30, na condição de convidados. Amanhã, está previsto o depoimento do empresário Luiz Antônio Trevisan, filho do suposto chefe da quadrilha que comercializava ambulâncias superfaturadas. Na primeira semana de atividade, o presidente e o relator da CPI, deputado Antonio Carlos Biscaia e senador Amir Lando, mantiveram vários encontros com autoridades para agilizar os trabalhos. **Página 3**

Indicações para embaixadas devem ser votadas pela CRE **Página 5**

Projeto permite doação de órgãos de anencéfalos **Página 6**

## Analista prevê divisão regional nas eleições

O diretor do instituto de pesquisas Ipsos, Carlos Alberto Almeida, previu ontem forte divisão regional e econômica nas próximas eleições presidenciais, ao contrário do último pleito. Ele fez essa observação em palestra na Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), em Brasília. **Página 6**

Márcia Kalume

No ciclo de palestras, os diretores do Senado Florian Madruga (*E*), Vânia Maione, Agaciel Maia, Armando Rollemberg e Márcio Sampaio

Senador ressalta que os trabalhadores dos garimpos ainda não contam com uma lei que regulamente sua atividade

# Edison Lobão pede aprovação do Estatuto do Garimpeiro

Edison Lobão (PFL-MA) pediu que a Câmara dos Deputados aprove o Projeto de Lei 2.844/97, que institui o Estatuto do Garimpeiro. O senador lembrou que os trabalhadores dos garimpos não contam com uma lei que regulamente sua atividade. Ele apoiou ainda o pleito dos antigos garimpeiros de Serra Pelada, no Pará, que é o direito de voltar a explorar o local, dessa vez mecanicamente.

O parlamentar informou que os garimpeiros precisam eleger a diretoria da Cooperativa de Mineração dos Garimpeiros de Serra Pelada (Coomigasp) para que possam receber o chamado "direito minerário", que lhes permitirá retornar ao garimpo. Segundo Lobão, tal direito está sendo negociado com o Ministério de Minas e Energia e depende da resolução de algumas irregularidades na cooperativa.

Geraldo Magela

**Lobão apóia retorno de antigos garimpeiros a Serra Pelada**

## Suassuna pede saída para endividamento de agricultores

Ney Suassuna (PMDB-PB) solicitou ontem ao novo ministro da Agricultura, Luís Carlos Guedes Pinto, e à equipe econômica do governo Lula que encontrem rapidamente uma forma de resolver o endividamento dos agricultores nordestinos.

O senador lembrou que o ex-ministro Roberto Rodrigues se empenhava na busca de solução, mas todas as tentativas fracassaram.

– Parece aquelas coisas de mitologia grega, em que tudo o que é feito de dia é desfeito à noite.

Roosewelt Pinheiro

**Suassuna faz apelo a novo ministro e equipe econômica do governo Lula**

# Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço **www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx**

## Congresso analisa LDO e Senado tenta destrancar pauta

Às 12h, está marcada sessão do Congresso Nacional para votar a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o Orçamento de 2007. Às 14h, o Senado realiza sessão ordinária, quando retoma o diálogo para votar, entre outros itens, quatro medidas provisórias que liberam créditos para órgãos da administração pública. As matérias trancam a pauta de votações da Casa. Os senadores também devem analisar o projeto oriundo da medida provisória que reajustou o salário mínimo para R$ 350.

## Super-Receita em exame na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) reúne-se às 10h para votar o projeto de lei que cria a Super-Receita, unificando as secretarias da Receita Federal e da Receita Previdenciária sob a mesma coordenação. A proposta foi criada pelo Executivo por medida provisória, mas, devido à polêmica, foi derrubada e transformada em projeto de lei.

## Primeiros depoimentos da CPI dos Sanguessugas

A CPI dos Sanguessugas, criada para investigar denúncias de uso irregular de recursos do Orçamento da União para a compra de ambulâncias com preços superfaturados, reúne-se às 10h30 para ouvir os primeiros depoimentos. Estão convidados para a reunião o procurador da República de Mato Grosso Lúcio Avelar e o delegado da Polícia Federal Tardelli Boaventura.

## Comissões votam indicações do Executivo

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) vota, a partir das 9h30, entre outras matérias, a indicação de Georges Lamaziére para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia. Às 10h, a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) examina as indicações de Josef Barat para o cargo de diretor da Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) e de Francisco de Oliveira Filho para diretor da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

## Proposta altera Código de Defesa do Consumidor

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) reúne-se às 11h30 para votar projeto de lei que altera o Código de Defesa do Consumidor, a fim de estender aos contratos já em vigor as mesmas condições oferecidas para a adesão de novos consumidores. Tem como foco principal as operadoras de telefonia e as prestadoras de TV a cabo e por assinatura.

## FAT poderá financiar estágio

Às 11h, a Comissão de Educação (CE) analisa a possibilidade de usar verba do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) para financiar estágio remunerado em empresas e universidades. Outro projeto torna obrigatório o ensino do Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares.

## Conselho de Comunicação Social

O Conselho de Comunicação Social (CCS) discute, às 10h, parecer sobre projeto que tipifica como crime a exibição, por emissora de televisão, de cenas de nudez ou de relações sexuais. Às 11h, o conselho lança o livro *Os Desafios da Comunicação Social no Brasil*.


JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Renan Calheiros
**1º Vice-Presidente:** Tião Viana
**2º Vice-Presidente:** Antero Paes de Barros
**1º Secretário:** Efraim Morais
**2º Secretário:** João Alberto Souza
**3º Secretário:** Paulo Octávio
**4º Secretário:** Eduardo Siqueira Campos
**Suplentes de Secretário:** Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg
**Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social:** Helival Rios
**Diretor do Jornal do Senado:** Eduardo Leão (61) 3311-3333
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck
**Diagramação:** Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Morais e Rita Avellino
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 3311-3332
**Circulação e atendimento ao leitor:** Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

**Diretora:** Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
**Chefia de reportagem:** Davi Emerich e Silvia Gomide (interina) (61) 3311-1670
**Edição:** Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
*Site:* www.senado.gov.br - *E-mail*: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920


PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros e Marco Maciel e pela senadora Heloísa Helena

Roosewelt Pinheiro

Tuma propõe regime para isolar preso pertencente a organização criminosa

## Isolamento de preso poderá ser por prazo indeterminado

O período de isolamento em regime disciplinar poderá deixar de ter duração limitada para ser estendido pelo prazo em que o preso causar risco à sociedade ou ao sistema prisional. A medida, que altera a Lei de Execução Penal, está prevista em um dos quatro projetos de lei (PLS 161/06) de autoria do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que alteram a legislação penal e tramitam na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

Atualmente, pelo artigo 52 da Lei de Execução Penal, a duração máxima de isolamento é de 360 dias, sem prejuízo de repetição da sanção por nova falta grave da mesma espécie, até o limite de um sexto da pena aplicada. Para Tuma, que já foi diretor-geral da Polícia Federal, a alteração que propõe é necessária para garantir tranqüilidade à população e à segurança pública.

– Esse regime visa isolar o preso pertencente a uma organização criminosa, tendo em vista sua periculosidade e a sua capacidade de controlar, do interior de unidades prisionais, as atividades criminosas, pondo em risco a tranqüilidade da população – explicou o senador.

**Quadrilha**

Outro projeto de Tuma (PLS 159/06) acrescenta artigo ao Código Penal para fixar pena de dez a 20 anos de reclusão para os crimes cometidos por quadrilhas ou bandos. Pela proposta, ficariam enquadrados nessa nova legislação todos os que praticarem o terror, por meio de atos de violência ou grave ameaça, explosão, seqüestro, incêndio, saque, depredação ou sabotagem contra meios e vias de transporte, provocando perigo ou dano a pessoas ou a bens ou frustrando a prestação de serviços à população.

O Código Penal em vigor prevê reclusão de um a três anos para os envolvidos em crimes cometidos por quadrilhas ou bandos, mas não distingue o tipo de infração.

Amanhã, a CPI dos Sanguessugas ouve Luiz Antônio Trevisan, empresário acusado de participar da máfia das ambulâncias

# Procurador e delegado falam hoje à CPI

A CPI dos Sanguessugas, criada para investigar denúncias de irregularidades no uso de recursos do Orçamento para a compra de ambulâncias com preços superfaturados, começa esta semana a tomar depoimentos. Hoje, a partir das 10h30, serão ouvidos, na condição de convidados, o procurador da República em Mato Grosso Mário Lúcio Avelar e o delegado da Polícia Federal naquele estado Tardelli Boaventura. Ambos deram início às investigações sobre as denúncias de fraudes que envolveriam parlamentares, empresários, funcionários públicos e prefeitos.

Amanhã, também às 10h30, está prevista a oitiva de Luiz Antônio Trevisan, dono da Santa Maria Comércio e Representações. O empresário, acusado de participar do esquema, é filho de José Darci Vedoin – proprietário da Planam Indústria, Comércio e Representações, apontado como chefe da quadrilha que comercializava as ambulâncias superfaturadas por meio de um prévio acerto com prefeitos relacionado à licitação.

A princípio, seria convocada também para depor amanhã na comissão de inquérito a ex-assessora especial do Ministério da Saúde Maria da Penha Lino, acusada de intermediar o esquema no órgão. Num primeiro depoimento à Polícia Federal, ela identificou 81 parlamentares que teriam participado da fraude, além do próprio Vedoin. No entanto, os membros da CPI mista preferiram adiar esse depoimento, para que possam fazer uma análise mais profunda das informações que serão repassadas hoje pelo procurador Mário Lúcio Avelar e pelo delegado Tardelli Boaventura.

# Biscaia buscará forma de manter sigilo sobre inquéritos

Em entrevista ontem à imprensa, o presidente da CPI dos Sanguessugas, deputado Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ), afirmou que a comissão terá de encontrar uma forma de manter o sigilo dos inquéritos contra os 15 parlamentares suspeitos de envolvimento na compra superfaturada de ambulâncias, conforme exigência do ministro Gilmar Mendes.

– Uma coisa é o que pensa o presidente da comissão; outra, é o que pensam seus integrantes. Terei de submeter a questão aos parlamentares – observou.

O presidente da CPI foi enfático, no entanto, quanto ao prazo para conclusão dos trabalhos do colegiado. Insistiu que em 60 dias deverá ser apresentado o relatório final.

O deputado informou que fará nova solicitação ao Supremo pedindo a liberação do sigilo da documentação relativa aos 42 novos inquéritos contra parlamentares apresentados ao STF na sexta-feira pelo procurador-geral da República, Antonio Fernando de Souza.

A deputada Vanessa Grazottin (PCdoB-AM), integrante da CPI, disse que irá propor a apresentação de relatório parcial, em 15 dias, por considerar que os processos, tanto no STF quanto na Polícia Federal, já estariam bastante adiantados. Segundo observou a deputada, com a chegada dos inquéritos acusando formalmente os 15 parlamentares, eles poderiam apresentar suas defesas por escrito no prazo de dez dias e, à medida que essas fossem analisadas, seriam emitidos relatórios parciais.

**Documentos**

Até o fim da tarde de ontem, haviam chegado à comissão diversas pastas contendo mais de cem relatórios de investigações de convênios entre o Ministério da Saúde e prefeituras, realizadas pela Controladoria Geral da União. A documentação da Polícia Federal deve chegar à CPI ainda hoje.

Biscaia confirmou a reunião da comissão agendada para amanhã, apesar de o presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo, ter liberado os parlamentares nesse dia por ser o prazo final para registro de candidaturas a cargos eletivos nas eleições de outubro.

Márcia Kalume

Presidente da CPI, Biscaia diz que mantém prazo de 60 dias para concluir trabalhos

# Suplicy quer investigar denúncias sobre concessão de rádios e TVs

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solicitou à Mesa do Senado que apure as informações publicadas pelos jornais *O Estado de S. Paulo*, no domingo, e *Folha de S. Paulo*, ontem, sobre parlamentares que detêm concessões de emissoras de rádio e televisão.

O *Estado* informa, segundo Suplicy, que 25 senadores controlam veículos de comunicação, direta ou indiretamente. Já a *Folha* diz que o governo federal teria agido junto à Câmara para evitar o fechamento de emissoras de políticos que estariam com a concessão vencida.

– Temos que tornar claros os limites constitucionais a respeito do tema e quais as providências que a Mesa do Senado Federal deve tomar, com a ajuda da assessoria jurídica da Casa. Que esses fatos sirvam para esclarecer o que pode e o que não pode – afirmou Suplicy.

A questão gerou polêmica no Plenário. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), afirmou que, ao contrário do que diz o levantamento de *O Estado de S. Paulo*, não é proprietário de nenhuma TV e de nenhuma rádio, "nem direta nem indiretamente". José Sarney (PMDB-AP) também reagiu com indignação à ligação do nome de sua família a diversos veículos de comunicação do Maranhão. Para o senador Edison Lobão (PFL-MA), também citado nas matérias, "há muitos equívocos nas reportagens".

Roosewelt Pinheiro

Suplicy: Mesa do Senado deve apurar informações publicadas por jornais

A senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) rebateu:

– Pode ser legal, mas é moral que o presidente da República escolha o filho de um senador ou deputado para lhe disponibilizar uma concessão? – observou.

Tião Viana (PT-AC) apoiou a manifestação de Suplicy e Heloísa.

– A denúncia é muito séria. Penso apenas que temos de ter o cuidado de separar o antes do depois da Constituição de 88 no que diz respeito a esse assunto – ponderou Viana.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, informou que, quando receber o requerimento de Eduardo Suplicy, o encaminhará ao ministério competente.

# Comissão de Assuntos Econômicos decide sobre Super-Receita

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vota hoje uma pauta com 22 itens, entre os quais o projeto de lei da Câmara que cria a Super-Receita, unificando a Secretaria da Receita Federal e a Secretaria da Receita Previdenciária. O projeto (PLC 20/06), que dispõe ainda sobre a administração tributária federal, alterando várias leis do setor, será examinado em seguida pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria da Presidência da República, a matéria, já aprovada pela Câmara, tem como relator na CAE Rodolpho Tourinho (PFL-BA), que deu parecer favorável e acolheu algumas emendas.

– Com mais eficiência, conseguir-se-á cobrar tributos dos que hoje se escudam na burocracia e na dificuldade de comunicação entre órgãos fiscais – afirmou.

Tourinho disse ainda que os estados e municípios também serão favorecidos com a medida, pois o aumento da arrecadação de determinados impostos e contribuições implicará aumento no valor dos repasses constitucionais. "E o contribuinte lucrará sobremaneira com a redução da burocracia. A centralização em órgão único possibilitará que suas pendências sejam sanadas em um só local", acrescentou o senador.

O secretário da Receita Federal, Jorge Rachid, destacou que, quando for implantada, a Super-Receita deverá arrecadar 65% de toda a cobrança de tributos no país e que haverá a unificação das funções dos auditores fiscais da Previdência e da Receita em um único cargo: o de auditor fiscal da Receita Federal do Brasil.

A CAE vai examinar também projeto (PLC 25/04) que dispõe sobre o segurado de sociedade conjugal ou união estável, que conta com parecer favorável do relator, Gilvam Borges (PMDB-AP). A matéria retornará à Comissão de Assuntos Sociais para análise das emendas de Plenário.

Outro projeto a ser votado é o PLS 278/04, de Lúcia Vânia (PSDB-GO), que trata da isenção de imposto sobre veículos automotores e receberá decisão terminativa. O parecer de Arthur Virgílio (PSDB-AM) é favorável, com emendas. Entre os demais projetos da pauta consta o que permite a dedução no Imposto de Renda Pessoa Física de despesas com doações a instituições filantrópicas; o que dispõe sobre a gratuidade na apresentação da declaração de isento feita por telefone ou pelos Correios; e o que estabelece critérios para a distribuição dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador, todos com pareceres favoráveis dos relatores.

Além de MPs, poderão ser votados em esforço concentrado das duas Casas a minirreforma tributária, o Fundeb, o aumento do FPM e indicação de autoridades

# Líderes tentam definir hoje agenda para antes do recesso

Os presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, reúnem-se às 11h com lideranças partidárias das duas Casas do Congresso para formular uma agenda mínima de propostas que devem ser votadas antes do recesso, que começa no dia 17 de julho. A reunião será no gabinete de Renan.

Esse esforço concentrado visa não apenas destrancar as pautas da Câmara e do Senado, paralisadas por medidas provisórias (MPs), mas garantir a análise da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que vai definir as regras para a elaboração do Orçamento de 2007, e a votação de projetos prioritários em tramitação nas duas Casas que não puderam ser examinados pelo volume de MPs enviadas ao Congresso.

No Senado, os líderes pretendem votar o mais rápido possível as cinco medidas provisórias que trancam a pauta de votações. A mais polêmica é a MP 288/06, que reajustou o salário mínimo de R$ 300 para R$ 350. Alguns parlamentares, preocupados com

Geraldo Magela

Reunião será às 11h no gabinete do presidente do Senado, Renan Calheiros

o aumento das despesas públicas, não concordam com uma modificação feita pelos deputados: a extensão do mesmo índice de reajuste (16,67%) do mínimo aos aposentados e pensionistas da Previdência Social.

Só depois da desobstrução da ordem do dia os senadores poderão votar as propostas que criam a Super-Receita, que une sob a mesma administração os auditores fiscais e previdenciários, e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb). Também estão pendentes no Senado diversas autorizações para empréstimo e as indicações presidenciais de diretores de autarquias públicas. Alguns senadores já alertaram para o fato de o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) e agências reguladoras poderem parar de deliberar por falta de conselheiros.

Na Câmara, a prioridade é a minirreforma tributária, em discussão desde o começo de 2005. A proposta prevê, entre outros itens, o aumento de um ponto percentual no Fundo de Participação dos Municípios (FPM), reivindicação antiga dos prefeitos. Além disso, os líderes também querem aprovar a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas.

A definição desse esforço concentrado antes do recesso leva ainda em consideração o calendário das eleições de outubro, período em que o Congresso Nacional costuma ser esvaziado pelas campanhas políticas, tornando mais difícil a aprovação de projetos polêmicos.

# Relatório final sobre saneamento básico deve ser examinado hoje

A Comissão Especial Mista de Saneamento deve votar hoje, às 15h, o substitutivo do deputado Júlio Lopes (PP-RJ) ao Projeto de Lei do Senado (PLS) 155/05 e ao Projeto de Lei (PL) 5.296/05, que definem as diretrizes nacionais para os serviços de saneamento básico. O PLS 155/05, de autoria do senador licenciado Gerson Camata, defende os interesses das companhias estaduais de saneamento, enquanto o PL 5.296/05, com origem no Ministério das Cidades, cuida dos interesses dos municípios.

A votação deveria ter sido concluída na semana passada, porém, devido à apresentação pelo governo de um texto resumido do PL 5.296/05, vários parlamentares pediram vistas do relatório para avaliarem a nova posição do Executivo. A proposta original do governo sobre o marco regulatório para o setor de saneamento básico continha 96 artigos, enquanto o último texto encaminhado tem

Célio Azevedo

Proposta de Camata contempla interesses das companhias estaduais de saneamento

67 artigos.

As principais divergências entre os projetos estão relacionadas à definição da titularidade dos serviços de saneamento e à necessidade ou não de indenização das companhias estaduais no caso de encampação dos serviços pelos municípios. O governo defende a titularidade municipal dos serviços e a não-indenização – ou compensação apenas parcial – na hipótese de reassunção de serviços pelos municípios.

# Senadores procuram liberar pauta e votar empréstimos

Os parlamentares promovem hoje novo esforço para desobstruir a ordem do dia do Plenário, trancada por cinco medidas provisórias (MPs) que, editadas há mais de 45 dias, têm preferência de votação. Além de examinar essas MPs, o desafio será aprovar em tempo hábil oito empréstimos externos para Ceará, Tocantins, Mato Grosso do Sul, Bahia e Pará. Como a Lei de Responsabilidade Fiscal proíbe operações de crédito 180 dias antes do encerramento do mandato presidencial, os contratos de empréstimo terão de ser aprovados pelo Senado dentro do prazo legal, que se encerra hoje.

Das medidas provisórias, a mais polêmica é a MP 288/06, que reajustou o salário mínimo para R$ 350. Alteração feita pela Câmara dos Deputados contempla todos os aposentados e pensionistas com aumento de 16,67%.

As demais proposições abrem créditos para ministérios. A primeira delas é a 286/06, que

Moreira Mariz

Plenário precisa votar hoje projeto que autoriza crédito externo a diversos estados

destina R$ 250,5 milhões aos Ministérios da Justiça, da Previdência Social e do Esporte. Os senadores devem analisar, em seguida, o PLV 17/06, oriundo da MP 287/06, que concede crédito de cerca de R$ 361,5 milhões para o Ministério dos Transportes. O terceiro crédito está previsto na MP 289/06, com valor global de R$ 738 milhões, destinados, em parte, aos Ministérios do Desenvolvimento Agrário e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. O último crédito (MP 290/06) tem o valor de R$ 1,7 bilhão e favorece dez ministérios e a Presidência da República.

A pauta de amanhã e de quinta-feira conta com três propostas de emenda à Constituição: a PEC 30/02, sobre inelegibilidade; a PEC 29/03, que prevê a avaliação dos objetivos relacionados à ordem social por meio de indicadores de responsabilidade social; e a PEC 9/06, que cria o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

Célio Azevedo

Proposta de José Agripino receberá decisão terminativa na Comissão de Educação

## Comissão avalia emprego do FAT no financiamento de estágios

O projeto de lei que permite a utilização de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) no financiamento de estágios remunerados para trabalhadores em empresas e universidades deve ser votado hoje pela Comissão de Educação (CE), em decisão terminativa. A proposta (PLS 177/02) de José Agripino (PFL-RN) – que conta com parecer favorável do relator, Valdir Raupp (PMDB-RO) – estabelece que o estágio remunerado será de seis meses e cria a bolsa de aperfeiçoamento profissional, no valor de R$ 200. O projeto tramita em conjunto com o PLS 52/03, de Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que visa permitir que os sindicatos de trabalhadores utilizem os recursos do FAT para o financiamento de cursos superiores de graduação. Esta última proposta tem parecer contrário de Raupp.

A comissão também analisará, em decisão terminativa, entre outras proposições, projeto de Pedro Simon (PMDB-RS) que institui, nos ensinos fundamental e médio, um componente curricular dedicado ao desenvolvimento dos valores éticos e de cidadania (PLS 63/06); proposta de Efraim Morais (PFL-PB) para tornar obrigatório o ensino de Direito Internacional Humanitário nas escolas e academias militares (PLS 281/03); projeto de Marcelo Crivella (PRB-RJ) que visa permitir a inclusão no Programa Nacional de Apoio à Cultura (Pronac) das crenças populares entre as expressões culturais brasileiras (PLS 69/05).

Entre as propostas não terminativas na CE está projeto de resolução (PRS 2/05) de Heloísa Helena (PSOL-AL) que determina a tradução, para a Língua Brasileira de Sinais (Libras), das transmissões das sessões plenárias e reuniões das comissões veiculadas pela TV Senado.

A CE deve ainda apreciar 15 projetos de decreto legislativo pela aprovação de atos que autorizam ou outorgam o funcionamento de emissoras de rádio e de televisão em diversos municípios.

Relator deixa claro que o cenário macroeconômico apresentado pelo Executivo prevê, em 2007, continuidade do crescimento e manutenção da estabilidade de preços

# Congresso deve votar hoje Lei de Diretrizes Orçamentárias

O Plenário do Congresso Nacional deve votar hoje, a partir das 12h, o projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2007. A LDO é um conjunto de instrumentos que moldam e definem controles para a execução do Orçamento Geral da União aplicado aos programas delineados no Plano Plurianual (PPA).

Além de prever números da macroeconomia, a LDO também define a priorização dos gastos públicos, detalhando, em percentuais, quanto o governo federal poderá gastar no ano subseqüente em áreas específicas, como educação, saúde e infra-estrutura. A sessão para discussão e votação da matéria será realizada no Plenário da Câmara dos Deputados.

O relator do projeto (PL 2/06), senador Romero Jucá (PMDB-RR), deixa claro que o cenário macroeconômico apresentado pelo Poder Executivo prevê, em 2007, continuidade do quadro de crescimento econômico e de manutenção da estabilidade de preços. Estima-se crescimento do produto interno bruto (PIB) de 4,75%; inflação acumulada ao ano de 4,5%; e taxa média de câmbio de R$ 2,32.

– É importante lembrar que a correta previsão dos agregados macroeconômicos é condição essencial para a obtenção do equilíbrio nas contas públicas, porque pode afetar tanto as previsões de receita como as de despesa governamental – alertou Jucá, que é a favor da aprovação do projeto, na forma de substitutivo que apresenta.

Roosewelt Pinheiro

Jucá: estima-se para 2007 aumento do PIB de 4,75% e inflação de 4,5%

O relator informou que manteve em seu substitutivo a possibilidade de redução da meta de superávit primário para atender a despesas, com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI), de R$ 4,6 bilhões, acrescidas dos chamados restos a pagar relativos a essa programação.

Jucá também reduziu despesas primárias correntes da União, incluindo publicidade oficial, passagens e diárias, que não poderão exceder, em 2007, a 90% do valor empenhado em 2006.

Ao projeto original foram apresentadas 2.321 emendas. O relator priorizou as destinadas à área social e as que visam reduzir as desigualdades regionais. Entretanto, rejeitou emendas que priorizavam obras específicas. O motivo alegado é que compete à LDO, segundo observou, definir prioridades que orientem a elaboração e a execução orçamentária, sem antecipar o direcionamento da programação.

**CMO**

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje, a partir das 10h, para apreciar uma série de propostas, entre as quais a que abre crédito suplementar no valor de R$ 641,5 milhões ao Ministério da Educação. Consta ainda da pauta a votação de relatórios sobre balancetes patrimoniais do Banco Central.

Amanhã, também às 10h, a CMO faz audiência pública com a presença do secretário do Tesouro Nacional, Carlos Kawall Leal Ferreira. Ele vai falar sobre o cumprimento das metas fiscais do 1º quadrimestre de 2006, conforme prevê a Lei de Responsabilidade Fiscal.

## CRE vota indicações de embaixadores e audiência sobre a América Latina

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) deve votar hoje a indicação de Georges Lamaziére para exercer o cargo de embaixador do Brasil na Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia. A matéria, de autoria da Presidência da República, tem como relator o presidente da comissão, senador Roberto Saturnino (PT-RJ).

Outras indicações a serem votadas designam Pedro Motta Pinto Coelho para, cumulativamente com o cargo de embaixador em Israel, exercer a função na República de Chipre; e Luiz Fernando Gouvêa de Athayde para, cumulativamente com o cargo de embaixador junto à República de Trinidad e Tobago, exercer o mesmo cargo junto à Comunidade de Dominica, no Caribe.

A CRE também deve votar requerimentos de autoria de Romeu Tuma (PFL-SP) e Jefferson Péres (PDT-AM) que convidam os ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e da Saúde, José Agenor Álvares da Silva, e o comandante da Aeronáutica, Luiz Carlos da Silva Bueno, a prestarem esclarecimentos sobre a recente ida de brasileiros à Venezuela para se submeterem a operação de catarata.

Outro requerimento a ser analisado pela comissão, de autoria de Romeu Tuma e de Arthur Virgílio (PSDB-AM), requer a realização de audiência pública para discutir a condução da política externa nos países da América Latina e suas implicações para a estabilidade política e econômica da região.

## Antero quer punir entidades que promovam vandalismo ou agressões

A invasão da Câmara dos Deputados pelo Movimento de Libertação dos Sem-Terra (MLST), no mês passado, levou Antero Paes de Barros (PSDB-MT) a apresentar projeto (PLS 185/06) proibindo o governo federal de transferir qualquer tipo de recurso financeiro para entidades privadas responsáveis por ocupação e destruição de logradouros públicos.

O projeto tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde terá decisão terminativa.

O MLST é acusado de ter promovido a invasão com recursos da Associação Nacional de Apoio à Reforma Agrária (Anara), que, de 1999 a 2006, recebeu R$ 5,6 milhões dos cofres públicos.

A proibição atinge também entidades cujos integrantes ameaçarem a integridade física e moral de autoridades públicas constituídas, assim como aquelas entidades em que qualquer de seus integrantes promova invasão e ocupação de logradouro público. Constatada a infração prevista nesse projeto, a entidade fica proibida de receber recursos públicos por dois anos.

Antero afirma que "a invasão da Câmara demonstra a necessidade de se estabelecerem sanções efetivas, que punam os que violam princípios básicos de convivência numa sociedade democrática".

Roosewelt Pinheiro

Antero propõe proibir transferência de recursos a grupos como o MLST

O senador diz que as instituições não podem ser atacadas por quem busca a sua desmoralização, enquanto o governo assiste a tudo de forma passiva e inerte. "A situação se torna ainda mais grave quando tais entidades recebem recursos públicos do próprio governo", argumenta ele.

Proposta de autoria de Serys Slhessarenko procura remover obstáculo da lei, que exige a declaração de morte encefálica para se fazer a remoção de órgãos

# Projeto permite transplante de órgãos de doadores anencéfalos

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) deve votar amanhã, em decisão terminativa, substitutivo ao projeto de lei da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) que visa permitir o transplante de órgãos de doadores anencéfalos. A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Augusto Botelho (PDT-RR).

A proposição (PLS 405/05) altera a Lei 9.434/97, para incluir o diagnóstico de anencefalia entre as possibilidades de remoção de órgãos, tecidos ou partes do corpo humano para transplantes. A legislação em vigor, argumenta Serys, exige declaração de morte encefálica para retirada de órgãos destinados a transplante, o que é impossível quando não existe encéfalo.

– Devemos corrigir essa imperfeição da lei para que possamos levar esperança a tantos pais que vêem seus filhos à espera de um transplante, com o tempo se esgotando e a possibilidade de realização cada vez mais distante – acrescenta a senadora.

**Medicamentos**

A CAS poderá votar na mesma reunião substitutivo de Rodolpho Tourinho (PFL-BA) a projeto que determina a distribuição gratuita de medicamentos essenciais ou de uso contínuo a pessoas carentes. De autoria de Aloizio Mercadante (PT-SP), a matéria será examinada em decisão terminativa.

Outro projeto que será apreciado pela CAS em votação conclusiva é o PLS 334/03, que propõe a isenção parcial de contribuição previdenciária para as empresas que adotarem turno extraordinário de trabalho.

Pela iniciativa, de autoria do senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL), as empresas que instituírem turno extra estarão isentas, por três anos, do recolhimento das contribuições para a Seguridade Social relativas aos empregados contratados para trabalhar no novo turno. O benefício seria concedido a pedido da empresa interessada, desde que comprovado o acréscimo de, pelo menos, 60% no número de empregados com a adição do novo turno.

Célio Azevedo

CAS também vota amanhã, em decisão terminativa, proposta que trata da distribuição, a carentes, de remédios de uso contínuo

Márcia Kalume

Agaciel Maia (*C*), entre diretores do Senado, preside ciclo de palestras da Unilegis

## Pleito pode apresentar forte divisão regional e econômica, diz analista

Ao contrário das últimas eleições, a deste ano poderá ser marcada por uma forte divisão regional e socioeconômica. A afirmação foi feita ontem por Alberto Carlos Almeida, diretor do instituto de pesquisas Ipsos, durante palestra na Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), em Brasília. Como exemplo, ele citou o caso do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, "cuja votação em 2002 foi muito bem distribuída entre as classes sociais, mas que neste ano deverá obter votação muito mais expressiva entre os mais pobres".

Quanto à questão regional, Almeida lembrou que, nos pleitos de 1989 (vencido por Fernando Collor de Mello), 1994 e 1998 (Fernando Henrique Cardoso) e 2002, os candidatos eleitos obtiveram vitória em quase todos os estados. Mas, desta vez, ressaltou, poderá haver uma clara divisão entre os votos provenientes do Nordeste – onde Lula lideraria as pesquisas – e os oriundos das outras regiões do país.

Almeida confrontou as últimas eleições presidenciais brasileiras com as dos Estados Unidos, país onde, conforme ressaltou, há uma divisão de votos entre republicanos e democratas que se manifesta ao longo do território.

– Lá existe, em termos regionais, uma polarização ideológica maior que aqui, ao menos até a eleição brasileira deste ano. *Grosso modo*, o Meio-Oeste dos Estados Unidos vota preferencialmente nos republicanos, enquanto as duas costas litorâneas desse país preferem os democratas – declarou ele.

Ao comentar as pesquisas conduzidas pelo Ipsos, o analista disse que, "mantendo-se o cenário atual", Geraldo Alckmin deve continuar crescendo nos levantamentos de intenção de voto, inclusive no Nordeste, mas não o suficiente para ultrapassar Lula.

## Alerta para necessidade do uso moderado de água

Projeto determinando que embalagens e propagandas de produtos e equipamentos de limpeza contenham advertência a respeito da necessidade de consumo moderado de água será analisado hoje, a partir das 10h, pela Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA). A proposição determina que esse aviso seja exibido em local adequado e com dimensões apropriadas para facilitar a sua identificação e leitura.

Ao defender a proposta (PLS 176/05), o autor da iniciativa, senador Marcelo Crivella (PRB-RJ), argumenta que o risco de escassez da água doce no mundo, intensificado pela poluição e pelo desperdício, justifica a adoção da medida.

Moreira Mariz

Crivella diz que a água está cada vez mais cara nas regiões mais habitadas do país

O parlamentar adverte que a água limpa está cada vez mais rara e, por isso, mais cara nas regiões mais habitadas do Brasil. Apesar disso, observa o senador, o desperdício desse recurso natural chega a 70% no país.

– O Brasil concentra cerca de 12% de todas as reservas mundiais de água doce [a maior parte na Amazônia], mas o uso inadequado compromete esse recurso em várias regiões – acrescenta Marcelo Crivella.

Aprovada na Comissão de Educação (CE) na forma de substitutivo apresentado por Leonel Pavan (PSDB-SC), a proposição será agora votada na CMA em caráter terminativo.

Entre outras matérias, a comissão também examinará parecer de Ney Suassuna (PMDB-PB) sobre decisão do TCU (Aviso 32/02) referente a informações solicitadas pela Câmara dos Deputados no relatório final da CPI que investigou irregularidades em obras públicas inacabadas.

## Conselho analisa hoje projeto que criminaliza cenas de nudez na TV

O Conselho de Comunicação Social (CCS) reúne-se hoje, às 10h, para analisar relatório da conselheira Berenice Isabel Mendes Bezerra sobre o projeto de autoria do então deputado Severino Cavalcanti que classifica como crime a exibição de cenas de nudez ou de relações sexuais em programas ou em anúncios veiculados por canais de TV aberta. Berenice é representante da categoria profissional dos artistas. Conforme a proposição (PLC 5.040/01), o infrator estará sujeito a pena de dois a cinco anos de reclusão e multa.

O colegiado, que atua como órgão auxiliar do Congresso Nacional, promoverá ainda, às 11h, no Salão Nobre do Senado, o lançamento do livro *Os Desafios da Comunicação Social no Brasil*.

A obra é dedicada ao jornalista gaúcho Daniel Herz, ex-integrante do conselho, falecido no dia 30 de maio, aos 51 anos de idade, em Porto Alegre (RS). O livro é uma coletânea de artigos sobre as audiências públicas realizadas pelo órgão entre 2005 e abril deste ano.

Ex-presidente da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), Daniel Herz foi o primeiro representante da entidade no CCS. Herz foi fundador do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação (FNDC) e atuou na elaboração e na regulamentação do projeto de Lei da TV a Cabo (Lei 8.977/95).

Iris considera "graves e preocupantes" constatações de pesquisa da Rede Globo

## Iris lamenta preferência do público por personagens sem caráter

Em pronunciamento feito ontem, Iris de Araújo (PMDB-GO) considerou "tão surpreendentes quanto inusitadas" as revelações de pesquisa de opinião da TV Globo sobre a avaliação dos personagens da novela *Belíssima*, de Silvio de Abreu, pelo público brasileiro. O estudo apontou a preferência dos telespectadores pelos personagens negativos, caracterizados por desvios de conduta e falhas de caráter. Iris lembrou que o resultado foi comentado pelo novelista em entrevista à revista *Veja*. "A moral do país está torta e em frangalhos", teria afirmado Silvio de Abreu, observando que há cinco anos os personagens bons, hoje vistos como enfadonhos e chatos, eram os mais queridos.

– Essas constatações são graves e extremamente preocupantes – avaliou Iris.

Ainda de acordo com a senadora, o novelista teria relacionado a maior tolerância demonstrada pela população com os desvios de conduta com os recentes escândalos na política nacional. O fato levou a senadora a alertar os parlamentares para a responsabilidade de cada um na construção da visão da sociedade do que é certo e errado.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) disse acreditar que os valores de ética ainda constituem o anseio dos brasileiros. Já para Heloísa Helena (PSOL-AL), "o triunfo da vigarice política" fortalece esse tipo de comportamento no imaginário popular.

## Sibá elogia escolha de candidato do PT ao governo do Acre

O senador Sibá Machado (PT-AC) elogiou ontem, em pronunciamento no Plenário, a escolha do candidato a governador do Acre, professor Binho Marques, pela coligação Frente Popular, que agrega outros dez partidos ao Partido dos Trabalhadores. A convenção da frente ocorreu na sexta-feira, em Rio Branco, e homologou ainda os nomes do ex-prefeito da capital César Messias para vice-governador, e do senador Tião Viana (PT) como candidato à reeleição ao Senado, na chapa majoritária.

Sibá informou que a convenção também escolheu 23 postulantes à Assembléia Legislativa e quatro à Câmara dos Deputados. O jornalista Aníbal Diniz e o professor Carlos Coelho foram confirmados como candidatos a 1º e 2º suplentes de senador, respectivamente.

O parlamentar manifestou sua convicção de que a aliança formada no Acre foi a mais forte da história do partido, constituído há 26 anos no estado. Sibá salientou a importância da escolha de Binho Marques como candidato a governador, lembrando sua atuação como secretário de Educação no estado.

Finalizando, o senador ressaltou que o atual governador do Acre, Jorge Viana, do PT, não será candidato a nenhum cargo eletivo.

Para Sibá, aliança formada no Acre é a mais forte já realizada pelo PT no estado

# Maciel propõe reduzir período de campanhas para baratear custos

**Em pronunciamento da tribuna, senador também destaca coligação em Pernambuco entre o PFL e seis partidos, em torno do nome de Mendonça Filho ao governo do estado**

O senador Marco Maciel (PFL-PE) propôs que o Brasil mude as regras eleitorais, de modo que as campanhas sejam mais curtas e, portanto, menos dispendiosas. Ainda em seu pronunciamento de ontem na tribuna, ele chamou a atenção para o que considera uma coligação com grande carga de "identidade programática": a união do PFL com o PMDB, PSDB, PPS, PV, PTC e PHS em torno do nome de Mendonça Filho para governar Pernambuco.

O parlamentar lembrou que há países em que as campanhas eleitorais duram apenas um mês, mas reconheceu que o modelo brasileiro apresenta vantagens, como a propaganda eleitoral gratuita pelo rádio e pela televisão, o que, em sua opinião, "dá direitos iguais a ricos e pobres". Outro aspecto benéfico da legislação, na avaliação do senador, é o voto obrigatório, pois leva a uma maior participação cívica.

Fotos: Roosewelt Pinheiro

Maciel pede ao eleitor que exerça uma "cidadania ativa", não praticando voto branco ou nulo

– Nos países onde o voto é facultativo, o comparecimento é relativamente baixo. Gostaria de dizer aos eleitores brasileiros que não pratiquem a omissão, por meio do voto em branco, ou se anulem, por meio do voto nulo. Precisamos de uma cidadania ativa – pregou o senador.

Marco Maciel elogiou a coligação que, em Pernambuco, une o PFL a seis outros partidos em torno do atual governador, Mendonça Filho. O senador previu que ele será "reconduzido ao cargo", porque é visto como um político competente e experiente, embora tenha apenas 39 anos. A coligação desses partidos repete-se desde 1996, o que é, na opinião do parlamentar, uma prova de coerência.

## Agripino: Lula usa o Bolsa Família para obter votos entre os pobres

O líder do PFL no Senado, José Agripino (RN), disse estar convicto de que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva usa o programa Bolsa Família como uma maneira de obter apoio e voto dos cidadãos pobres, mas sem propiciar a eles uma chance de independência econômico-financeira. A estratégia governamental, observou, seria remediar a situação dessa parcela dos brasileiros, mas "sem libertá-la em definitivo, de modo a tê-la como eleitorado cativo".

Agripino citou diversos programas que implementou quando governador do Rio Grande do Norte (1982-1985) com o objetivo de elevar a renda da população carente, por meio da formação profissional e do fomento a microempresários. Na opinião do parlamentar, essas iniciativas são superiores à utilização assistencialista que o governo Lula estaria fazendo do programa Bolsa Família.

– Lula diz que governar para pobre não dá trabalho. Não dá quando se é populista. Quando os programas são sérios, dá trabalho, mas o resultado é recompensador – afirmou Agripino.

Ele mencionou, como exemplos de programas bem-sucedidos, o Projeto Curral, pelo qual produtores prejudicados pela seca receberam gado, para recuperação do rebanho, com pagamento a ser feito em bezerros; e o Balcão de Ferramentas, que financiou a compra de equipamentos e máquinas para o estabelecimento de negócios próprios, segundo a vocação dos beneficiados.

Agripino destaca programas de sucesso em sua gestão como governador do RN

– O Bolsa Família, que foi criado no governo Fernando Henrique Cardoso, deve continuar, mas com aperfeiçoamentos – pregou o senador.

Para Antonio Carlos, aliança com peemedebistas descaracteriza o PT

## Antonio Carlos critica apoio do PMDB ao governo

Citando matéria publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou em Plenário a aproximação de integrantes da ala oposicionista do PMDB com o governo Lula. Na avaliação de ACM, as novas alianças do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com peemedebistas, que integraram a base do governo do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, deverão contribuir para a descaracterização do Partido dos Trabalhadores.

No início de seu discurso, Antonio Carlos manifestou ainda seu apoio ao ex-ministro da Agricultura Roberto Rodrigues. O senador condena o presidente por haver, em sua opinião, humilhado o ministro com a não liberação de verbas prometidas para o setor agrícola.

– Acho que o presidente Lula tem o direito de demitir os seus ministros, sobretudo se pedem demissão, mas não tem o direito de fazer com que um homem da competência e credibilidade que tem Roberto Rodrigues seja tão humilhado quanto foi neste governo – afirmou.

"Para o Judiciário, que já tem altos salários, pode. Para os aposentados do INSS não pode?", questiona senador petista

# Paim quer aprovar reajuste para aposentados

O senador Paulo Paim (PT-RS) pretende não tirar o pé hoje do Plenário do Senado. É que pode entrar em votação a Medida Provisória 288/06, que aumentou o salário mínimo para R$ 350, mas recebeu na Câmara dos Deputados uma emenda concedendo reajuste de 16,67% para os aposentados do INSS que ganham mais que o salário mínimo. Paulo Paim estará ao lado de senadores da oposição que querem os 16,67%. O governo é contra.

Não será a primeira vez que o senador gaúcho baterá de frente com as pretensões do governo do PT, seu partido, na defesa de aumentos salariais e de benefícios para trabalhadores e aposentados. Desde que chegou ao Congresso há 19 anos, como deputado, essa é sua bandeira, ao mesmo tempo em que luta por melhorias para os negros, idosos e pobres.

– Para o Judiciário, que já tem salários altos, pode. Para os aposentados do INSS não pode? – questiona Paulo Paim, ao se referir ao aumento de 40% que os servidores do Judiciário vão receber.

O senador também defende o fim do fator previdenciário, equação utilizada no cálculo das aposentadorias do INSS que pune os trabalhadores que pedem aposentadoria antes da idade estipulada, mesmo tendo trabalhado o tempo mínimo exigido pela lei. Nesta entrevista, ele explica suas posições.

Roosevelt Pinheiro

Paim: "Toda vez que se faz um movimento para garantir direitos dos mais pobres, a elite se rebela"

**Por que o presidente Lula não deve vetar o FGTS obrigatório para os empregados domésticos?**

– Ampliar os direitos das empregadas domésticas significa assegurar a elas o que os outros trabalhadores já conseguiram. É claro que a dona-de-casa não é uma empresa, mas direitos mínimos podem ser assegurados aos domésticos, como 13º salário, férias de 30 dias e Fundo de Garantia. Como os outros trabalhadores, eles precisam de uma reserva de dinheiro quando são demitidos. Eu espero que o presidente Lula não vete.

**Os defensores do veto dizem que há um risco de aumento da informalização dos empregados domésticos, que seria um custo a mais...**

– Disseram o mesmo quando foi criada a licença-maternidade. No entanto, esses pequenos direitos vieram e não trouxeram prejuízo para o trabalhador. No caso de agora, o empregador poderá deduzir do Imposto de Renda alguns gastos com a empregada doméstica.

**O senhor tem defendido a extinção do fator previdenciário, mas o seu fim não pode aumentar o desequilíbrio das contas do INSS?**

– O fator previdenciário é o maior crime que se cometeu contra os trabalhadores deste país. Não há um país no mundo que adote o fator previdenciário. Não há um grupo de previdência privada que o adote. E essa história de que a Previdência no Brasil é deficitária não é verdadeira.

**Até o Ministério da Previdência divulga que o déficit já chegou aos R$ 40 bilhões por ano...**

– Mas isso não é verdadeiro. A Previdência não é só contribuição do empregado e do empregador. A Previdência é formada pela contribuição do empregado, do empregador e por uma série de outros itens que nós, constituintes de 1988, colocamos para sustentar a Seguridade Social, que engloba saúde, assistência e previdência. Colocamos tributação sobre lucro e faturamento, PIS/Pasep, Cofins, jogos lotéricos. Se pegarmos toda a arrecadação destinada à Seguridade Social e tirar as parcelas da saúde e da assistência social, veremos que a parte da previdência não é deficitária. É superavitária. Existe um estudo dos fiscais da Previdência mostrando que mais de R$ 100 bilhões foram desviados da Seguridade nos últimos dez anos.

**O senhor acha que deveria haver separação entre assistência e previdência?**

– Claro. Por que os trabalhadores rurais, que se aposentaram por idade e sem contribuição previdenciária, têm de ser pagos com dinheiro da arrecadação do INSS? Isso é assistência social, e não previdência. Isso tinha de estar numa conta separada, no Tesouro Nacional.

**O senhor defende o fim do fator previdenciário, mas existem propostas no sentido oposto. Há quem sugira a imposição de idade mínima para aposentadoria pelo INSS, como no serviço público.**

– No serviço público, homem só se aposenta com 60 anos de idade e mulher com 55. Mas os servidores têm aposentadoria integral e não têm fator previdenciário. Se forem oferecidas as mesmas condições aos trabalhadores que pagam INSS, claro que vão aceitar. Por que nós não pensamos numa previdência universal, igual para todos?

**O senhor trocaria o fator previdenciário pela idade mínima no INSS?**

– Desde que haja uma regra de transição, como foi oferecido aos servidores públicos. Idade mínima de 55 anos para mulher e 60 para homens, com salário integral.

**O Senado está para votar a medida provisória em que foi incluído o aumento de 16,67% para os aposentados do INSS que ganham mais que o salário mínimo. O presidente Lula vetará?**

– Não sei. Os líderes do governo e da oposição se comprometeram, aqui no Senado, com a aprovação dos 16,67%.

**O presidente Lula disse que o Congresso tem que tratar esse assunto com mais responsabilidade, pois a conta seria de R$ 7 bilhões por ano...**

– Lembro que o Judiciário aprovou recentemente reajuste de 40%. Por que no Judiciário, que já tem salários altos, pode? Para os aposentados do INSS não pode? Não estou criticando o Judiciário. Por que o aumento para as aposentadorias de salário mínimo pôde ficar em torno de 10% e para quem ganha um pouquinho mais não pode?

**O senhor discursou contra "setores conservadores", que seriam contra ações afirmativas e cotas de inclusão social de negros nas universidades.**

– Toda vez que se faz um movimento para garantir direitos para os mais pobres, a elite brasileira se rebela. O projeto do Estatuto da Igualdade Racial, que está na Câmara dos Deputados, por exemplo, prevê cotas para pobres, negros e índios. Mas a elite não aceita.

## Proposta disciplina venda de alimentos em escolas

Paulo Paim pediu o apoio dos seus colegas para a aprovação do projeto de sua autoria que proíbe a comercialização, em escolas de educação básica, de bebidas de baixo teor nutricional e de alimentos ricos em açúcar ou que contenham altos teores de sal ou de determinados tipos de gordura. Em discurso, o senador, que perdeu uma irmã em decorrência de complicações causadas pela obesidade, fez ontem um alerta para os perigos desse tipo de doença.

O principal objetivo da proposta (PLS 406/05), explicou o senador, é ajudar a mudar os hábitos alimentares das crianças, promovendo uma nutrição mais saudável. Assim, deverá ser incentivado o consumo de frutas e verduras, enquanto será restringido o de refrigerantes e salgadinhos. Paim informou que medidas semelhantes às que ele propõe já constam de uma portaria do Ministério da Educação.

O parlamentar citou pesquisa do IBGE segundo a qual existem no país 40 milhões de adultos e 6 milhões de adolescentes acima do peso, situação provocada, principalmente, pelos maus hábitos alimentares e pelo sedentarismo.

A obesidade, que é o acúmulo excessivo de gorduras nos tecidos, favorece o desenvolvimento de doenças cardíacas, de diabetes e de problemas nas articulações, entre outras.

Em aparte, o senador Marco Maciel (PFL-PE) cumprimentou Paim pelo discurso.

### Estiagem

Paulo Paim também registrou a preocupação com a estiagem que vem causando prejuízos ao agronegócio e desabastecimento de água no Sul do país. O senador adiantou que mais de 350 municípios do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul já decretaram situação de emergência. Ele cobrou providências do governo federal para minimizar os efeitos da estiagem entre a população e o setor produtivo.

Moreira Mariz

## Projeto impede que autor de homicídio receba indenização por seguro de vida

Tramita no Senado um projeto de lei que impede que o autor, o co-autor ou o partícipe de homicídio doloso – ou quem tenha tentado cometer tal crime – contra pessoa segurada receba a indenização prevista em contrato de seguro de vida. A proposta (PLS 169/06), de autoria da senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) – *foto* –, acrescenta um artigo ao Código Civil (Lei 10.406/02).

Na justificação do projeto, Serys argumenta que "a discussão da proposta de reforma do Código Civil, ora a cargo do Senado Federal, não pode omitir-se quanto ao dever de impedir que criminosos se beneficiem economicamente com a prática de seus crimes; no entanto, não há previsão legal expressa no Código Civil que desobrigue a seguradora de pagar a indenização ao beneficiário autor, co-autor ou partícipe de homicídio contra o segurado".

O projeto, apresentado ao Senado no fim de maio, tramita agora na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).